



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, doravante denominada CMA, localizada na Rua Nancy Ramos Rosa, nº 95, Bairro Portal de Anchieta/ES, torna público que realizará procedimento de licitação na modalidade Tomada de Preços, com amparo na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 123/2006, através da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 01/2016, de 04 de janeiro de 2016.

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1 – **Processo administrativo:** 1855/2015
- 2 – **Modalidade:** tomada de preços
- 3 – **Tipo de Licitação:** menor preço
- 4 – **Regime de Execução:** empreitada por preço unitário
- 5 – **Dotação Orçamentária:** Elementos de Despesa – 44905100000 e 3393000000 .

SEÇÃO II – DA SESSÃO PÚBLICA

- 6 – **Data:** 19/05/2016
- 7 – **Horário limite para protocolização dos envelopes:** 13:00h.
- 8 – **Horário previsto para abertura da sessão:** 13:00h.
- 9 – **Local:** Sala CPL/Pregão, localizada na sede do Câmara Municipal de Anchieta - CMA.
- 10 – Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta Tomada de Preços serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da CMA que se seguir.
- 11 – No local e data indicados neste tópico serão realizados os procedimentos relativos a esta Tomada de Preços, com respeito a:
 - 11.1 – Abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação” e análise dos documentos para fins de habilitação;
 - 11.2 – Devolução dos envelopes “Proposta de Preço” aos licitantes inabilitados;
 - 11.3 – Abertura dos envelopes “Proposta de Preço” dos licitantes habilitados.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12 – As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no site www.camaraanchieta.es.gov.br, salvo aquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício ou *email*, aos representantes legais dos licitantes, principalmente, quanto a:

- 12.1 – Julgamento da habilitação do licitante;
- 12.2 – Julgamento das propostas;
- 12.3 – Resultado de recurso porventura interposto;
- 12.4 – Resultado de julgamento desta Tomada de Preços.

SEÇÃO III – DO OBJETO

13 – A licitação tem como objeto a contratação de empresa para realização de obras de reforma do edifício sede da CMA, conforme descrito no ANEXO VI – Projeto Básico e ANEXO VII - Especificações Técnicas.

SEÇÃO IV – DA DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

14 - As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital no site www.camaraanchieta.es.gov.br, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação no Diário Oficial do Estado e no site acima informado, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.

15 – A solicitação de esclarecimentos a respeito de condições deste edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, preferencialmente até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida para a sessão pública, através do endereço eletrônico compras@camaraanchieta.es.gov.br ou pelo telefone (28) 3536-0310/3536-0303.

16 - Os esclarecimentos relativos especificamente ao objeto licitado devem ser encaminhados à CPL, de preferência até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida para a sessão pública.

17 – É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”, devendo a administração da CMA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

18 – Decairá o direito de impugnar os termos deste edital perante a CMA o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 19 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar desta Tomada de Preços, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 20 – A impugnação do edital deverá ser promovida através de protocolo na Secretaria da CMA, devendo ser dirigida à Comissão Permanente de Licitação, indicando o número da Tomada de Preços, assim como o telefone e o e-mail do impugnante. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante.
- 21 – Sendo acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

SEÇÃO V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 22 – Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes inscritos no cadastro de fornecedores do Município de Anchieta, detentores do Certificado de Registro Cadastral - CAGEFAN, ou que se cadastrarem previamente na forma especificada na SEÇÃO VI – DO CADASTRAMENTO DE LICITANTES e que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos na SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO.
- 23 – A participação no certame decorre do atendimento de todas as exigências deste edital e seus anexos, sendo vedada a participação de empresa:
- 23.1 – Suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Anchieta, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 23.2 – Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 23.3 – Que se enquadrar em qualquer uma das vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
 - 23.4 – Com falência decretada;
 - 23.5 – Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - 23.6 – Que esteja constituída sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 23.7 – Que atue na forma de cooperativa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 23.8 – Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório.
- 24 – A participação no certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SEÇÃO VI – DO CADASTRAMENTO DE LICITANTES

25 – Para participar da Tomada de Preços, o licitante interessado deverá se cadastrar previamente no Município de Anchieta, devendo, para tanto, providenciar a documentação exigida pelo setor de cadastramento específico da Municipalidade, em especial.

25.1 – requerimento de cadastramento dirigido ao CAGEFAN – Cadastro Geral de Fornecedores de Anchieta, relacionando os documentos apresentados (Modelo ANEXO I – Requerimento para Cadastro de Fornecedor);

25.2 – registro comercial, no caso de empresa individual;

25.3 – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

25.3.1 – os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

25.4 – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

25.5 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

25.6 – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

25.7 – prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

25.7.1 – faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a apresentação da certidão emitida pela Receita Federal do Brasil – RFB, com informações da situação do sujeito passivo quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e, a certidão conjunta, emitida pela RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados.

25.8 – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

25.9 – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

25.9.1 – a certidão negativa de débitos trabalhistas pode ser obtida no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

26 - Todos os documentos apresentados para fins de cadastramento e consequente habilitação no certame deverão conter o nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- 26.1 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 26.2 – Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 26.3 – Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- 26.4 – Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 26.5 – Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RECEITA FEDERAL).

27 – A Comissão Permanente de Licitação, durante a análise dos documentos de cadastro para fins de habilitação, procederá a validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PGFN, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

28 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura da Tomada de Preços, com exceção daquele especificado no item 64.

29 – O requerimento de cadastramento, junto ao CAGEFAN e respectivos documentos deverão ser apresentados no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Anchieta, para protocolização, observado o prazo estabelecido pelo Município, para fins de emissão do Certificado de Registro Cadastral.

30 – Apresentada a documentação e, estando todos os documentos de acordo com a legislação vigente, o CAGEFAN expedirá o Certificado de Registro Cadastral.

SEÇÃO VII – DA VISITA TÉCNICA

31 - O licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o terceiro dia útil anterior à data fixada para a sessão pública estabelecida na seção II deste edital, com o objetivo de se inteirar das condições e do grau de dificuldade existentes para a prestação dos serviços.

- 31.1 – A visita técnica será acompanhada por servidor designado pela Administração, devendo ser agendada previamente pelo telefone (28) 3536-0310/3536-0303;
- 31.2 – Considerando a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta Tomada de Preços.

SEÇÃO VIII – DO PROCEDIMENTO



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

32 – Os envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço” dos licitantes deverão ser protocolizados, imprerivelmente, até o dia e horário fixados na seção II deste edital, na Secretaria da CMA, localizada na sua sede.

32.1 – Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, exceto como ouvinte;

32.2 – As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal dos licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.

33 - As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão da Tomada de Preços por proprietário, sócio ou dirigente, desde que seja apresentado o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, afim de que seja comprovada a aptidão para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao procedimento de licitação. Na mesma oportunidade deve ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do representante.

34 - A representação também poderá ser feita por credenciado constituído por procuração pública ou particular, que comprove a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao procedimento de licitação. Na mesma oportunidade deverão ser apresentadas cópias autenticadas dos documentos de identidade do credenciado e do outorgante da procuração, assim como o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual.

34.1 – A assinatura do outorgante da procuração deverá, previamente à sua apresentação, ser reconhecida em cartório;

34.2 – Cada representante poderá representar apenas um licitante;

34.3 – A ausência de apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou desclassificará o licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.

35 – Na fase de credenciamento as empresas licitantes deverão apresentar o TERMO DE CREDENCIAMENTO (Modelo ANEXO II).

36 - A licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Modelo ANEXO III), quando do seu credenciamento, como também apresentar no mesmo momento a Certidão expedida pela Junta Comercial, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

37 - A empresa licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

38 – Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença dos interessados, pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada por todos os representantes legais dos licitantes presentes;

38.1 – Abertos os envelopes “Documentos de Habilitação”, a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome dos licitantes habilitados e dos inabilitados, devendo ser devolvidos aos últimos os envelopes “Proposta de Preço”, devidamente fechados, desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

39 – Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Documentos de Habilitação”, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou ainda, com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior, salvo aqueles enquadrados nas condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

40 – Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.

40.1 – Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, mediante publicação de aviso no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, expedição de comunicados aos licitantes e publicação no sítio da Câmara Municipal de Anchieta;

40.2 – Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão Permanente de Licitação para abertura dos envelopes “Proposta de Preço”;

40.3 – Na hipótese prevista no subitem anterior, os licitantes serão convocados a comparecer, ficando os envelopes “Proposta de Preço” sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

41 – Após a abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação”, os demais, contendo a “Proposta de Preço” serão abertos:

41.1 – Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os licitantes ao direito de interposição de recurso; ou

41.2 – Após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

41.3 – Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.

42 – As aberturas dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço” serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

42.1 – Consideradas as ressalvas contidas neste edital, qualquer reclamação deverá ser feita na sessão pública.

42.2 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 43 – Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço” em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos deste edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até a data e o horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.
- 44 – Todos os documentos e, igualmente, as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão.
- 45 – Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 46 - Ultrapassada a fase de habilitação dos licitantes e abertas as propostas, não caberá desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.
- 47 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Tomada de Preços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.
- 48 - Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição destas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação - transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos -, após o que serão destruídos pela Comissão Permanente de Licitação.

SEÇÃO IX – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

49 – Até o dia e horário fixados na Seção II deste edital, os licitantes deverão apresentar à Câmara Municipal de Anchieta, mediante protocolização na Secretaria, simultaneamente, sua documentação de habilitação e a proposta de preços, em envelopes distintos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ do licitante, os seguintes dizeres:

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 RAZÃO SOCIAL:



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO

50 – Não serão aceitos envelopes contendo documentos de habilitação ou proposta de preço enviados pelos Correios, deixados na CMA sem protocolização, ou entregues diretamente na Comissão Permanente de Licitação.

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

51 – Para promover a habilitação no procedimento, a empresa licitante deverá apresentar os documentos relacionados nessa seção.

52 – Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

53 – Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Comissão Permanente de Licitação para autenticação, pelos representantes das licitantes, quando da fase do CREDENCIAMENTO.

54 – A Comissão Permanente de Licitação reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que julgar necessário.

55 – Deverão ser apresentados dentro do envelope nº 01 “Documentos de Habilitação”:

55.1 - Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Cadastro Geral de Fornecedoros do Município de Anchieta - CAGEFAN.

55.2 – Declaração de atendimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (Modelo ANEXO IV), atestando que não possui em seu quadro de empregado(s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

55.3 – Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e Conselho de Arquitetos e Urbanistas - CAU, no que couber;

55.4 – Comprovação do licitante proponente ter aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento do pessoal técnico adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, que deverá ser comprovada por atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privada, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 55.5 - Comprovação do licitante que possui em seu corpo técnico, profissional(is) de nível superior, com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura e Engenharia Elétrica, registrado (s) no CREA ou CAU, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados;
- 55.5.1 – O licitante proponente deverá comprovar a experiência do profissional de Engenharia Elétrica, através da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove(em) ter o(s) profissional(is), experiência em SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA NA IMPLANTANÇÃO DE PROJETO DE SUBSTAÇÃO EXTERNA TRIFÁSICA, COMPLETA, CONFORME ITEM 151715 DA PLANILHA, E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS DE CAPTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, CONFORME ITEM DE COMPOSIÇÃO 02, DA PLANILHA, CONSTANTES DO ANEXO VIII DESTA EDITAL, exceto na execução de serviços para o próprio licitante, além de serviço(s) relativo(s) a construção ou reforma de edificações;
- 55.5.2 – a comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- 55.6 – Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital.
- 55.6.1 – o nome do responsável técnico indicado deverá constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica do licitante.
- 56 – No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.
- 57 – A CMA poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Comissão de Licitação, além de incorrer nas sanções previstas neste Edital.
- 58 – O representante legal que assinar, pela empresa licitante, quaisquer documentos necessários à sua habilitação, deverá estar credenciado para esse fim, comprovando seu credenciamento, caso a Comissão Permanente de Licitação exija tal comprovação.
- 59 – Os documentos pertinentes e exigidos neste edital, dentro do Envelope 01, deverão, de preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondentes.
- 60 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

61 - Em razão de o objeto do certame referir-se a prestação de serviços, deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal;

62 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2015), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou de outro indicador que o venha substituir.

62.1 – serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

62.1.1 – sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) publicados em diário oficial; ou

b) publicados em jornal de grande circulação; ou

c)- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

62.1.2 – sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a) por fotocópia do livro diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

b) por fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

62.1.3 – sociedade criada no exercício em curso:

a) fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

62.1.4 – o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade;

63 – a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE;}}$$



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

63.1 – as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

a) caso o memorial não seja apresentado, a Comissão Permanente de Licitação reserva-se no direito de efetuar os cálculos.

63.2 – se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

64 – apresentação de certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica até 60 (sessenta) dias da data de abertura da licitação;

65 – comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total da proposta.

66 – declaração, observadas as penalidades cabíveis, da superveniência de fato impeditivo da habilitação

SEÇÃO XI – DA PROPOSTA DE PREÇO

67 – A proposta de preço deverá ser apresentada no envelope nº 02 conforme modelo constante no ANEXO V, acompanhada dos seguintes documentos:

67.1 – Planilha de Composição de Custos Unitários (Modelo ANEXO VIII); e

67.2 – Cronograma Físico (Modelo ANEXO IX)

68 – A não apresentação de qualquer documento especificado no item anterior acarretará a desclassificação do licitante.

69 – Em caso de divergência entre o valor total constante da Planilha de Composição de Custos Unitários (condição item 67.1) e o constante da Proposta de Preço – Anexo V, prevalecerá o valor constante da Planilha de Composição dos Custos Unitários.

70 – A proposta de preços deverá ser apresentada da seguinte forma:

70.1 – Em meio impresso, de preferência emitida por computador, em papel timbrado da empresa licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada, com todos os valores propostos expressos, com duas casas decimais, obrigatoriamente em reais;

70.2 – Fazer menção ao número desta Tomada de Preços e conter a razão social do licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s), de correio eletrônico, o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos e ao número da conta corrente, para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

70.3 – Conter outras informações julgadas necessárias e convenientes pelo licitante.

71 – Os licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos fornecidos para a execução dos serviços.

71.1 – No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Permanente de Licitação, no prazo estabelecido no item 15 deste edital, para fins de esclarecimentos por parte da Comissão.

72 – Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.

72.1 – Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação quaisquer erros aritméticos, bem como, as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

72.2 – A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta de Preço” e com poderes para esse fim, sendo desclassificado o licitante que não satisfizer tal exigência;

72.3 – A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 01.

73 – O licitante deverá indicar os preços unitário e total por item e subitem, e, ainda, o global da proposta, conforme documentos exigidos no item 67 do instrumento convocatório.

74 – Os quantitativos indicados nas planilhas anexas a este edital são estimativos, podendo ser alterados segundo o interesse público.

75 - A data-base da planilha orçamentária estimativa é julho/2015, servindo como orientação aos licitantes e como referência para o reajuste contratual, observado o disposto na cláusula quarta do Termo de Contrato (ANEXO XI – Minuta Contratual).

76 - Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra que entenderem necessários para a conclusão dos serviços, de acordo com as especificações técnicas.

77 - Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

78 – Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto deverão estar considerados na proposta de preço da licitante.

79 – A cotação apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

80 - Somente serão aceitas propostas em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

81 – A simples apresentação da proposta de preço implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SEÇÃO XII – DOS PRAZOS

- 82 – O prazo previsto para a execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela CMA.
- 83 – O prazo para início dos serviços será de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela CMA.
- 84 – O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contados do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente.
- 85 – A proposta de preço deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estabelecida na seção 2 deste edital para o recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”.
- 86 – Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.
- 87 – O prazo estabelecido no item 83 poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pelo contratado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração da CMA, observado o disposto nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 88 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da CMA, poderá ser solicitada prorrogação geral da referida validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo.
- 89 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a comprovação de que tratam os itens 88 e 116, respectivamente, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

SEÇÃO XIII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 90 – Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei nº 8.666/1993, as propostas que:
- 90.1 – Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- 90.2 – Não apresentarem qualquer das planilhas citadas no item 67;
- 90.3 – Não atenderem às exigências contidas nesta Tomada de Preços.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 91 – Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração, na forma do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 92 As propostas que apresentarem valores unitários superiores aos que constam na Planilha de Composição dos Custos Unitários – ANEXO VIII terão seus valores unitários ajustados ao valor da Planilha da CMA e seu valor total corrigido.
- 93 – Dos licitantes classificados será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 94 – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias para apresentação, pelos licitantes, de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação.

SEÇÃO XIV – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 95 - O procedimento do julgamento compreenderá a abertura dos respectivos envelopes, a leitura das propostas, a verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no edital, seus anexos, identificando as propostas aptas à classificação.
- 96 – Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Tomada de Preços, será declarada como mais vantajosa para a Câmara Municipal de Anchieta a oferta de **menor preço global**, observadas as condições estabelecidas no item 103.
- 96.1 – Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.
- 97 – A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos não pertencentes ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Anchieta, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 98 – A Comissão Permanente de Licitação reserva-se no direito de solicitar dos licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.
- 99 - A Comissão Permanente de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas dos licitantes.
- 99.1 - Caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de itens com preços unitários superiores aos orçados pela CMA, conforme ANEXO VIII – Planilha de Composição dos Custos Unitários, a Comissão Permanente de Licitação ajustará o valor unitário que estiver acima do preço referencial da CMA adequando-o ao valor da Planilha de Composição dos Custos e corrigindo o valor total da planilha.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 100 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preço, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes, observadas as condições estabelecidas no item 103.
- 101 - Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Tomada de Preços não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 102 À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste edital.
- 103 – Após análise das propostas apresentadas, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e houver proposta de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta classificada, estará configurado o empate ficto/virtual. Neste caso, proceder-se-á da seguinte forma:
- 103.1 – A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do encerramento da sessão, apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser considerada vencedora do certame;
- 103.2 - Não sendo considerada vencedora do certame a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, na forma anterior, em havendo outras empresas licitantes de mesma natureza que tenham ofertado propostas que se enquadram no limite do empate ficto/virtual, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, sendo para essas, concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da convocação, para apresentarem sua proposta;
- 103.3 – A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo fixado, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 103.4 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o procedimento licitatório prossegue com as demais empresas licitantes.
- 104 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

SEÇÃO XV – DO DIREITO DE PETIÇÃO

- 105 – Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços.

105.1 – Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, ficam os autos desta Tomada de Preços com vista franqueada aos interessados.

106 – Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

107 – Findo o período previsto na condição anterior, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Anchieta, para encaminhamento ao Presidente da CMA.

108 – Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa do licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

109 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela empresa licitante.

110 – As intenções recursais relativas a recursos não admitidos e recursos rejeitados pela Comissão Permanente de Licitação deverão ser dirigidas à Diretoria Administrativa da CMA, através de protocolo na Secretaria da CMA.

111 – O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XVI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

112 – A execução dos serviços correspondentes ao objeto será adjudicada globalmente a uma única empresa, depois de atendidas as condições desta Tomada de Preços.

113 – A homologação e a adjudicação do objeto desta Tomada de Preços cabem à autoridade superior da CMA.

SEÇÃO XVII – DO TERMO DE CONTRATO

114 – Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei nº 8.666/93, o contrato referente à execução dos serviços objeto desta licitação será formalizado e conterà, necessariamente, as condições já especificadas neste instrumento convocatório.

115 – A Câmara Municipal de Anchieta convocará oficialmente o adjudicatário, durante a validade da sua proposta, para no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 116 – O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CMA.
- 117 – É facultado à Administração da Câmara Municipal de Anchieta, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Tomada de Preços, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 117.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da CMA, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 117.2 - O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.
- 118 – O licitante deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar até a data de assinatura do contrato, o nome e o número do telefone do seu preposto, sujeito à aceitação da Administração da CMA, para representá-lo durante a execução do contrato.

XVIII – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

- 119 - As informações relativas à prestação dos serviços objeto desta Tomada de Preços estão descritas no Projeto Básico – ANEXO VI e na Minuta Contratual – ANEXO XI, deste edital.
- 120 – No caso de divergência de informações entre os projetos arquitetônicos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido da planilha orçamentária e, por último, dos desenhos, sempre consultada a fiscalização da contratante.
- 121 – As dúvidas e/ou omissões porventura existentes serão resolvidas pela fiscalização da contratante.
- 122 – Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo o Contratado estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das especificações técnicas.
- 123– O contratado ficará obrigado a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Câmara Municipal de Anchieta.
- 124– Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento à CMA, de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no 10º (décimo) dia útil, após a respectiva apresentação.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

124.1– Após o 10º (décimo) dia útil do processamento será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

124.2- O documento fiscal hábil deverá conter o mesmo CNPJ apresentado na etapa de CREDENCIAMENTO e a mesma razão social do contrato social, ato constitutivo ou estatuto.

124.3– Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas na Tomada de Preços, deverá ser comunicada à CMA, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

124.4– Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

125– A CMA poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

126– O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

127– Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a proposta e a habilitação.

XIV – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

128 -As informações relativas às sanções administrativas estão descritas no Projeto Básico – ANEXO VI e na Minuta Contratual – ANEXO XI, deste edital.

129– As sanções administrativas somente serão aplicadas pela CMA, após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

130– A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

131– O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto quando for o caso de declaração de inidoneidade, cujo prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993.

SEÇÃO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

132– É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada às empresas licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

133– Cabe à Comissão Permanente de Licitação solucionar os casos omissos deste edital com base no ordenamento jurídico vigente e nos princípios de Direito Público.

134– A empresa licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.

135– A Administração da Câmara Municipal de Anchieta, com relação a esta Tomada de Preços:

135.1– Deverá anulá-la, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

135.2– Poderá revogá-la, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

135.3– Poderá transferir a data de abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”, por sua conveniência exclusiva.

136– Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preços:

136.1– A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/1993;

136.2– A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado no item anterior;

136.3– No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVI – DOS ANEXOS

137 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – Requerimento para Cadastro de Fornecedor

ANEXO II – Termo de Credenciamento

ANEXO III – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

ANEXO IV – Declaração de atendimento ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal

ANEXO V – Proposta de Preço

ANEXO VI – Projeto Básico

ANEXO VII – Especificações Técnicas



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VIII – Planilha de Composição dos Custos Unitários

ANEXO IX – Cronograma Físico

ANEXO X – Projetos Arquitetônicos, Cortes e Imagens 3D

ANEXO XI – Minuta Contratual

SEÇÃO XVII – DO FORO

138 – As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Comissão Permanente de Licitação, em 02 de maio de 2016.

Sebastian Marcelo Veiga

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

MODELO DO REQUERIMENTO PARA CADASTRO DE FORNECEDOR

(razão social da licitante), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na (...), devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº (...), telefone (...), correio eletrônico (...), representada neste ato por seu(sua) [diretor(a)] Sr.(a) (...), (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado(a) na (...), portador(a) do CPF nº (...) e da Cédula de Identidade nº (...) expedida (...), telefone (...), correio eletrônico (...), solicita seu cadastramento de fornecedor junto ao Município de Anchieta, para fins de participação em procedimentos licitatórios, apresentando, para tanto, os documentos abaixo relacionados:

1. (...) (
2. (...)
3. ...

Anchieta – E.S., xx de xxxx de xxxx.

(Razão social)

(Nome do representante)

(Cargo)



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I.1

DOCUMENTAÇÃO PARA O CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA - CAGEFAN



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II

MODELO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

Através deste TERMO DE CREDENCIAMENTO, (razão social da licitante), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na (...), devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº (...), representada neste ato por seu(sua) [diretor(a)] Sr.(a) (...), (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado(a) na (...), portador(a) do CPF nº (...) e da Cédula de Identidade nº (...) expedida (...), constitui como seu representante o Sr.(a) (...), portador(a) do documento de identidade nº (...) e inscrito(a) no CPF sob o nº (...), para participar da Tomada de Preços nº 01/2016, outorgando plenos poderes para pronunciar em seu nome, formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame.

Anchieta – E.S., xx de xxxx de xxxx.

(Razão social)

(Nome do sócio ou diretor) (Cargo)

Obs.: No momento do credenciamento deverá ser apresentado o estatuto, o contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder a representação da empresa.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

(razão social da licitante), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na (...), devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº (...), representada neste ato por seu(sua) [diretor(a)] Sr.(a) (...), (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado(a) na (...), portador(a) do CPF nº (...) e da Cédula de Identidade nº (...) expedida (...), declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva abaixo)

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, estando ainda sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

Anchieta – E.S., xx de xxxx de xxxx.

(Razão social)

(Nome do sócio ou diretor) (Cargo)



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

(razão social da licitante), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na (...), devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº (...), representada neste ato por seu(sua) [diretor(a)] Sr.(a) (...), (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado(a) na (...), portador(a) do CPF nº (...) e da Cédula de Identidade nº (...) expedida (...), declara para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/1993, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade.

Anchieta – E.S., xx de xxxx de xxxx.

(Razão social)

(Nome do sócio ou diretor) (Cargo)



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

A

Câmara Municipal de Anchieta/ES

Apresentamos nossa proposta de preços, detalhada nos documentos anexos, para execução dos serviços de que trata a Tomada de Preços nº 01/2016, conforme especificações constantes do Anexo VI – Projeto Básico.

Os prazos por nós indicados são os que se seguem:

- 1 - Prazo de validade da proposta: (.....) dias;
- 2 - Prazo de execução dos serviços: (.....) dias a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviço;
- 3 - Prazo para início da obra: (.....) dias a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviço;
e
- 4 - Prazo de garantia dos serviços: (.....) anos.

Observação: atentar para os prazos previstos no Edital.

Para tanto, nos propomos a executar os serviços pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ (.....).

Anchieta – E.S., xx de xxxx de xxxx.

(Razão social)

(Nome do sócio ou diretor) (Cargo)

Observação: emitir, preferencialmente, em papel timbrado do licitante.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VI PROJETO BÁSICO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia e arquitetura para a reforma e serviços de manutenção na sede da Câmara Municipal de Anchieta – ES, com a elaboração de Projetos Complementares: Projeto arquitetônico, com detalhamento das intervenções; Projeto de estruturas metálicas; Projeto hidrossanitário; Levantamento de redes hidrossanitárias; Projeto de redes elétricas; Ajuste da Planilha orçamentária, memória de cálculo, composição de custos, cronograma físico e financeiro em função dos novos projetos.

DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Será executada obra de remodelação do hall de entrada da sede da CMA. Com a mudança de piso, revestimento e do balcão de atendimento, bem como a instalação de catracas eletrônicas e terminais de controle de acesso.

Os serviços de pintura interna serão realizados nas paredes, pilares, vigas e tetos do pavimento térreo e do primeiro pavimento, bem como nas salas do segundo pavimento que ainda não sofreram pintura. Os serviços de pintura externa serão realizados nas fachadas internas e externas da edificação principal e passarela de acesso ao auditório.

Será substituída a cobertura em policarbonato frontal ao plenário, bem como a execução de nova cobertura com telha metálicas em toda a área do plenário.

Será realizada a readequação das instalações elétricas, sendo os Disjuntores, interruptores e tomadas substituídos sempre que necessário, dependendo de seu estado de conservação.

Será instalado sistema de captação de energia solar em local a ser definido em projeto, bem como o dimensionamento do novo ramal de entrada, em função da nova carga.

Será executada a Instalação de aparelhos de ar condicionado nas antessalas dos gabinetes dos vereadores.

Serão realizados alguns pequenos reparos na cobertura do edifício sede desta CMA.

DA SIMILARIDADE

Todos os equipamentos e materiais citados nas especificações técnicas e na planilha orçamentária, quando não empregados nas marcas sugeridas, poderão ser substituídos por similares, assim entendidos materiais e equipamentos de mesmas características e nível de qualidade. Para tanto, a comprovação da similaridade



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

deverá ser feita pela Contratada, e submetida à fiscalização da CMA que, após analisar o produto substituído apresentado, irá se posicionar a respeito de possível similaridade, liberando ou não o seu emprego nos serviços contratados.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação detalhada dos serviços se encontra nas "Especificações Técnicas".

DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação poderá ser admitida, desde que devidamente autorizada pela fiscalização da CMA. Nesse caso, toda e qualquer documentação exigida da CONTRATADA deverá ser, da mesma forma, apresentada pela SUBCONTRATADA.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

O pagamento dos serviços executados será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização da CONTRATANTE. As medições dos serviços deverão ser verificadas, conferidas e liberadas para pagamento no décimo dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá manter preposto no local da obra para representá-la na execução do contrato. O representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais empregados.

No interesse do cumprimento do contrato, a fiscalização da CMA poderá exigir, por escrito, a substituição de empregados da empresa CONTRATADA, que deverá cumprir a exigência no prazo de dois dias úteis. Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Aplicam-se à execução dos serviços contratados as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Após a conclusão dos serviços contratados a aceitação da obra será efetuada provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias da solicitação escrita da CONTRATADA.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A CONTRATADA deverá elaborar folha de pagamento e guias de pagamento próprias para a obra, de todos os empregados envolvidos diretamente na execução da obra.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará por uma comissão designada pela CONTRATANTE, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto, nos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

A CONTRATADA apresentará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obras e ou elaboração de projetos emitida pelo CREA-ES (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo), e ou CAU-ES (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo).

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

O prazo de execução da obra será de 120 dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início de Serviço.

O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em 05 (cinco) dias consecutivos, após ser expedida, pela autoridade competente, a Ordem de Início de Serviço.

Toda prorrogação do prazo contratual deverá ser justificada por escrito e aprovada pela autoridade competente.

Os serviços serão realizados normalmente em dias úteis, no horário de 8h às 17h. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente o cronograma proposto pela Administração da CMA, disponibilizando-se, se for o caso, a estender o horário dos serviços além do expediente normal.

A CONTRATADA deverá levar em conta a paralisação de serviços que possam ocasionar ruídos durante as sessões plenárias que ocorrem às terças feiras, de 17h às 21h.

DA GARANTIA

Conforme preconiza o art. 618 do Código Civil Lei 10406/02:

"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito."



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter preposto no local da obra para representá-la na execução do contrato.

Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CMA e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

O representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais empregados. No interesse do cumprimento do contrato, a fiscalização da CMA poderá exigir, por escrito, a substituição de empregados da empresa CONTRATADA, que deverá cumprir a exigência no prazo de dois dias úteis.

Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

DAS PENALIDADES

No caso da CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a - Multa;
- b - Rescisão do Contrato ou cancelamento da ordem de serviço;
- c - Suspensão do direito de licitar junto à CMA;
- d - Declaração de inidoneidade.

Será aplicada a multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem realizados quando a CONTRATADA sem justa causa deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido a obrigação assumida.

Será aplicada multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do Contrato, quando a CONTRATADA:

- a - Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;
- b - Transferir ou ceder suas obrigações a terceiros, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- c - Desatender as determinações da fiscalização;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

d - Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços;

e - Não iniciar sem justa causa, a execução dos serviços contratados no prazo fixado;

Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, quando a CONTRATADA:

a - Ocasionar, sem justa causa, o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços contratados;

b - Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços contratados;

c - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados.

Quando o objeto contratado não for entregue e aceito até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do direito de participar de licitação promovida pela CONTRATANTE será automática e perdurará até que seja feita sua entrega, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei e nesta Tomada de Preços. Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA sem justa causa não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo da CONTRATANTE, independentemente das demais sanções cabíveis.

a - A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

b - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Município de Anchieta, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, independentemente do julgamento de pedido de reconsideração do recurso.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços executados será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização da CONTRATANTE. Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento à CMA de nota fiscal, bem como dos documentos de regularidade fiscal exigidos para habilitação no procedimento licitatório.

Tais documentos, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva apresentação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes ao contrato correrão por conta _____, constantes do orçamento da CMA para o exercício de 2016.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da Cidade de Anchieta – ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Poliana Cardozo Quintino

Engenheira Civil

CREA/ES nº 038030/D



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

A) DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

As demolições e retiradas, onde necessárias, deverão ser efetuadas dentro da mais perfeita técnica, evitando-se acidentes.

Os materiais a serem demolidos ou removidos deverão ser previamente umedecidos, a fim de reduzir a formação de poeira por ocasião do seu transporte.

A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela CONTRATADA, de acordo com as exigências da municipalidade.

Medidas de Segurança: As demolições e retiradas deverão respeitar as normas pertinentes ao aspecto de segurança e de medicina do trabalho.

B) REBOCO INTERNO

Para recuperação, propomos a demarcação com giz de cera da área a ser recuperada e a execução de corte com Makita, com profundidade de 2cm sobre a área previamente demarcada. Efetuar-se a remoção do reboco a ser substituído e execução da limpeza do local. Executar, primeiramente, chapisco com argamassa de cimento e areia com adição de adesivo chapix PVA ou equivalente, e água na proporção de 1:2. Após a cura do chapisco, executar o reboco com cimento, cal e areia fina no traço 1:1:5. Após, efetuar-se o emassamento com massa corrida em 2 demãos, lixar e executar a pintura com tinta marca de referência Suvinil, na cor a ser definida pela Administração.

C) TRATAMENTO DE FISSURAS

Para tratamento das fissuras recomenda-se a marcação de cera sobre as aberturas, a retirada de toda a pintura e do emassamento até o reboco, em 10 cm de cada lado. Fazer o lixamento da região para regularização, eliminar toda a rugosidade e rebaixar a superfície evitando formação de dois planos distintos. Remover todo o pó existente, fixar a fita plástica adesiva (fita PVC marrom) ao longo de a fissura, na posição de simetria, considerando a fissura como eixo. A fixação será executada com adesivo acrílico de tela de poliéster com largura de 15 cm na posição de simetria tomando-se cuidado para não deixar rugas. Usar tela resinada (Intertela ou equivalente). Usar ponte de aderência com resina acrílica para o emassamento, que deverá ser com massa PVA, corrida, aditivada com resina acrílica. Para as áreas onde existe umidade frequente (próximas ao jardim), utilizar chapisco e reboco com argamassa de cimento e areia fina no traço 1:3, com adição de adesivo acrílico tipo Denverfix chapisco ou equivalente, na relação de 1:2, com água.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REBOCO EXTERNO

Para recuperação do reboco externo proceder conforme o item (B).

D) RECUPERAÇÃO DAS CALHAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Para recuperação da junta da calha junto à parede deverá ser realizado o seguinte procedimento:

Cortar cuidadosamente com auxílio da makita o concreto junto à parede numa largura de 2 cm e após, executar a retirada de todo o material. Posteriormente, a junta deverá ser preenchida com Baucryl flex ou similar, tomando-se o cuidado de reaplicar o material, tendo em vista que, normalmente, há um abatimento inicial.

E) FISSURAS EXTERNAS

Para recuperação das fissuras externas, sugerimos o corte de 1 cm para cada lado, com 2 cm de profundidade, demolição do reboco entre os cortes, limpeza de preenchimento com mastique acrílico estruturado com fibras tipo Baucryl flex estruturado ou equivalente. Após a cura, reaplicar o selante para compensar o abatimento do material.

F) RECUPERAÇÃO DA RAMPA DE ENTRADA DA EDIFICAÇÃO PRINCIPAL

Os procedimentos iniciais são os utilizados na recuperação de estrutura tais como, remoção, limpeza das ferragens e proteção das ferragens. Adotados esses procedimentos, será feita a reconstituição do piso e, finalmente, a pintura com tinta Novacor Premium a duas demãos, marcas de referência Suvinil, Coral ou Metalatex.

G) PAREDES E PAINÉIS

Serão em alvenaria de lajota, nas dimensões de 10x20x20 cm, assentadas com argamassa de cimento, saibro e areia média, traço 1:3:6. Esse serviço será executado na área da casa de bombas junto à cisterna, no intuito de facilitar a manobra de esvaziamento da mesma para manutenções periódicas e melhorar o acesso às bombas e canalizações ali existentes. Será feita uma passarela de 0,50x0,30 m, revestida com piso cerâmico 31x31 cm.

H) PISOS INTERNOS



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Será aplicado piso em granito branco sienna (50 x 50) cm, assentado com argamassa de cimento colante, inclusive rejuntamento. O piso de concreto existente deverá estar livre de todo material que dificulte a aderência da argamassa de assentamento do piso cerâmico.

I) INSTALAÇÃO ELÉTRICA

Em face a elaboração de novo projeto elétrico, em que haverá um aumento significativo na carga. Será necessária a construção de novo ramal de entrada. E a manutenção em interruptores, tomadas e luminárias, este serviço irá contemplar o religamento dos interruptores do térreo, primeiro e segundo pavimentos do prédio sede. Para execução dos referidos serviços serão utilizados os mesmos materiais existentes, quais sejam, tubo de ferro galvanizado de 1", pesado, pois as conexões utilizadas são do tipo roscadas, sealtubo de 1", abraçadeiras de 1". No pavimento térreo, onde a laje é maciça, haverá necessidade de abertura na calha da luminária mais próxima onde será instalado o interruptor, com utilização de serra copo diâmetro de 1". A tubulação será fixada através de abraçadeiras. Nos primeiro e segundo pavimentos a ligação dar-se-á através do forro de gesso, com aproveitamento da tubulação existente. Em alguns locais, haverá necessidade de que seja furada a calha existente para passagem do eletroduto. Os locais onde serão instalados os interruptores estão assinalados em projeto, tanto no térreo como nos primeiro e segundo pavimentos.

J) COBERTURA

Serão substituídas telhas que se apresentam bastante deterioradas, com remendos improvisados, propiciando pontos passíveis de infiltração de águas pluviais. As telhas a serem substituídas deverão ser retiradas com cuidado, para que não haja danos desnecessários às telhas vizinhas, haja vista as telhas já se apresentarem com sua resistência inicial comprometida, devido ao longo tempo decorrido de uso do telhado.

K) PINTURA DAS FACHADAS INTERNA E EXTERNA

O nivelamento das imperfeições rasas da superfície (remoção de tintas descascadas), disfarce do tratamento de trincas e fechamento de buracos resultantes de retirada de parafusos deve ser executado com massa PVA, aplicada em camadas finas e sucessivas, não ultrapassando a espessura final superior a 3 mm. Lixar (grana 150 a 240) e remover completamente o pó entre demãos, antes da pintura. As paredes e tetos deverão ser pintados com tinta PVA, marcas de referência Suvinil, Coral ou Metalatex, a 02 demãos. A segunda demão só deverá ser aplicada após a primeira estar completamente seca.

A fachada externa deverá ser pintada primeiramente com duas demãos de tinta com textura lisa, cor branca e, após, com duas demãos de tinta acrílica marcas de referencia Suvinil, Metalatex ou Coral.

Deverão ser pintadas as fachadas, brises, paredes dos jardins e caixas de proteção para aparelhos de ar condicionado.

Critério de medição: área efetivamente pintada, não se descontando vãos de até 2,00 m². Para vão superiores a 2,00 m², descontar apenas o que exceder, em cada vão, a essa área.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

L) DIVERSOS

Recuperação de piso de alta resistência

Em diversos pontos notam-se, principalmente junto às juntas de dilatação, o desagregamento do piso de alta resistência. Para correção deste problema, incluímos na planilha orçamentária a recuperação nos locais afetados pela patologia.

Aluguel de equipamento de elevação (serviços externos)

Os equipamentos de elevação serão utilizados quando da execução dos serviços de recuperação de reboco e pintura nas fachadas da edificação.

Aluguel de andaimes tubulares

Os andaimes tubulares serão utilizados quando da execução de serviços de pintura e recuperação estrutural no interior da edificação.

M) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de recuperação de estrutura e o de impermeabilização deverão ser executados conforme procedimentos dos fabricantes, os quais deverão ser consultados para obtenção de um melhor resultado na aplicação. Os trabalhadores deverão estar usando todo o equipamento de segurança necessário para manusearem os produtos utilizados à recuperação estrutural que, em sua maioria, apresentam alto grau de toxicidade.

1 – Obrigações da contratada

- a – Deverão ser observadas as recomendações do fabricante quanto ao uso e manuseio adequado de seus produtos;
- b – Os serviços serão conduzidos em consonância com as normas relativas à segurança do trabalho;
- c – As dimensões das divisórias, constantes neste documento, são médias aproximadas, cabendo à empresa conferir dimensões no local antes de recortar e instalar as mesmas;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- d – A empresa se responsabilizará pela instalação dos materiais fornecidos, bem como pelo armazenamento destes materiais até sua instalação;
- e – A empresa contratada deverá fazer, por meio de um técnico especializado, uma vistoria minuciosa no local da execução dos serviços, para que tenha total conhecimento das condições ambientais, bem como das dificuldades técnicas quando da instalação dos materiais. Esta vistoria deverá ser feita em horário de expediente;
- f – A empresa se responsabilizará por qualquer dano causado à edificação durante a instalação das divisórias, reparando com a devida urgência os locais danificados;
- g – A empresa se responsabilizará por todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como, combustíveis em geral, fretes, impostos, taxas, emolumentos, encargos sociais, seguros e outros;
- h – A empresa deverá fornecer garantia dos materiais e serviços prestados por, no mínimo, 01 (um) ano contados do término da execução dos serviços, bem como fornecer assistência técnica gratuita durante este período;

d – Limpeza e verificação final

As salas deverão ser entregues completamente limpas, interna e externamente, com todas as instalações em perfeito funcionamento, com remoção de todo o entulho, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os acessos;

e – Observações gerais

- a – Ficará a critério da fiscalização da CMA impugnar, de forma parcial ou total, qualquer serviço executado em desacordo com o projeto;
- b – A execução de quaisquer dos serviços contratados deverá ser orientada por um profissional habilitado, respeitando-se as normas pertinentes, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança e medicina do trabalho.

f – Subcontratação



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a – São permitidas a subcontratações desde que devidamente autorizadas pela fiscalização da CMA. Nesse caso, toda e qualquer documentação exigida da contratada deverá ser, apresentada pela subcontratada.

g – Similaridade

- a – Todos os materiais citados nestas especificações técnicas ou na planilha orçamentária, quando não empregados nas marcas sugeridas, poderão ser substituídos por similares, assim entendidos materiais de mesmas características e nível de qualidade. Para tanto, a comprovação da similaridade deverá ser feita pela CONTRATADA, e submetida à fiscalização da CMA que, após analisar o produto apresentado, irá se posicionar a respeito de sua possível similaridade, liberando ou não o seu emprego nos serviços contratados.

Poliana Cardozo Quintino

Engenheira Civil

CREA/ES nº 038030/D

MEMORIAL DESCRITIVO

Requerente: **CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA.**

Obra: **REFORMA DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Local da Obra: **PRÉDIO PRINCIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL – ANCHIETA - ES.**

1. PISOS E REVESTIMENTOS:

Todo o piso interno da recepção do prédio principal da Câmara será trocado. Será aplicado granito Branco Sienna, conforme imagem abaixo, em todas as salas e nas circulações do térreo e do 2º pavimento. Os rodapés também serão trocados pelo mesmo granito, com altura de 7,0cm.

Nas paredes das circulações do balcão de atendimento haverá a instalação de revestimento em pastilha marca de referência Eliane, Cecrisa ou Porto Belo, 5,0 x 5,0cm. Para finalizar essa composição haverá outra peça (rodaparede) do granito Branco sienna com altura de 7,0cm, conforme detalhe em projeto.

2. COBERTURA E FORROS:



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O telhado do prédio principal da Câmara será revisado com a substituição das telhas danificadas, e todo o sistema das calhas deverá ser revisado. Os tubos de queda da cobertura deverão ser trocados por outros de diâmetro de 100mm, já que a vazão existente hoje não é suficiente para todo o volume d'água. As calhas deverão ser novamente impermeabilizadas.

O telhado do prédio do Plenário será trocado por telhas termoacústicas zincadas. A calha deverá ser novamente impermeabilizada.

A cobertura da varanda externa do Plenário será refeita de forma a preservar as características do projeto arquitetônico.

O forro existente no Plenário sofrerá alguns reparos, já está com muitas infiltrações e devido à troca dos aparelhos de ar condicionados de teto por sistema de parede. Haverá a instalação de placas de gesso no teto acima da mesa no plenário para abrigar o sistema de trilhos das portas removíveis, conforme detalhe em projeto.

3. ESQUADRIAS:

Algumas janelas da fachada principal com sistema de abertura tipo maxim-ar que estão localizadas no fim das circulações do térreo e do 2º pavimento receberão manutenção com o mesmo tipo de vidro e acabamento.

4. ALVENARIA E FECHAMENTOS:

O protocolo que funciona próximo ao gabinete da presidente da Câmara passará a funcionar onde funciona a comunicação, ao lado da recepção da entrada principal, e haverá a abertura de uma pequena janela de atendimento com peitoril em granito Verde Ubatuba e vidro com abertura para conversação e outra para passagem de documentos.

5. ELÉTRICA, HIDRÁULICA E PINTURA:

Deverá ser realizada revisão geral da parte elétrica e hidráulica dos prédios, com troca de aparelhos defeituosos ou quebrados.

Todas as paredes e tetos internos e externos deverão ser pintados. A tinta interna deverá ser látex e a externa, acrílica.

Poliana Cardozo Quintino

Engenheira Civil

CREA/ES nº 038030/D



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VIII

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

PLANILHA CONSTANTE NOS AUTOS COM VALOR DE R\$ 550.861,64 (quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos)



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IX
CRONOGRAMA FÍSICO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO COM PREVISÃO DE 120 (cento e vinte) DIAS



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO X

PROJETOS ARQUITETÔNICOS, CORTES E IMAGENS 3D

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

Arquivos eletrônicos disponibilizados para download:

- a) ARQ01 - SITUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO;
- b) ARQ02 - PLANTA BAIXA - MODIFICAÇÕES DE ALVENARIA - PVTO-TÉRREO (1);
- c) ARQ03 - PLANTA BAIXA - FINAL - PVTO- TÉRREO (1);
- d) ARQ04 - PLANTA BAIXA - MODIFICAÇÕES DE ALVENARIA - PVTO-SUPERIOR (1);
- e) ARQ05 - PLANTA BAIXA - FINAL - PVTO- SUPERIOR (1);
- f) ARQ06 - PLANTA DE COBERTURA (1);
- g) ARQ07 - CORTES E FACHADA (1);
- h) ARQ08 - PERSPECTIVAS (1);
- i) CÂMARA_DE_MUNICIPAL_DE_ANCHIETA_%5Brev_01%5D.rvt_2015-Sep-21_08-51-01PM-000_EXTERNA (1);
- j) CÂMARA_DE_MUNICIPAL_DE_ANCHIETA_%5Brev_01%5D.rvt_2015-Sep-21_08-51-01PM-000_Vista_3D_1 (1);
- k) CÂMARA_DE_MUNICIPAL_DE_ANCHIETA_%5Brev_01%5D.rvt_2015-Sep-22_09-56-43AM-000_BALCÃO_2;
- l) CÂMARA_DE_MUNICIPAL_DE_ANCHIETA_%5Brev_01%5D.rvt_2015-Sep-22_10-15-11AM-000_BALCÃO_1;
- m) CÂMARA_DE_MUNICIPAL_DE_ANCHIETA_%5Brev_01%5D.rvt_2015-Sep-22_10-48-07AM-000_AUDITÓRIO (1).



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO XI MINUTA CONTRATUAL TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA - CMA** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O **CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA - CMA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Nancy Ramos Rosa, nº 95, Bairro Portal de Anchieta, cidade de Anchieta/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 31.803.125/0001-83, neste ato representada por seu Presidente, Exmo. **Sr. JOCELÉM GONÇALVES DE JESUS**, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua XXXX, por seu representante legal, Sr. **XXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXXXXXX** - SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato para execução de obras, reforma e pequenos reparos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, instruído no processo nº 1855/2015 - Tomada de Preços nº 001/2016, que se regerá mediante Cláusulas e Condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Contrato a contratação de empresa para execução de obras de reformas do edifício sede desta CMA, em conformidade com as especificações técnicas contidas no Projeto Básico, Especificações Técnicas e Projetos Complementares, parte integrante deste Termo Contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Fazem parte integrante deste Contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo nº 1855/2015, completando o presente Contrato para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 - Aplica-se à execução deste Termo Contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e se vincula ao edital e anexos da Tomada de Preços nº 001/2016, constante do processo nº 1855/2015, bem como à proposta da CONTRATADA.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE REAJUSTE

4.1 - Pela prestação do(s) serviço(s), a CONTRATADA, receberá a importância de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXX)**;

4.2 - No preço já estão incluídos os custos de fornecimento de material e mão de obra e despesas, inclusive prestação de garantia, transporte, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças, despesa de frete, pessoal para execução dos serviços e encargos sociais que incidam ou venham a incidir, relacionados com prestação de serviços e todas as despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto;

4.3 - O preço do Contrato é fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base da Planilha Orçamentária (julho/2015), de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/95;

4.3.1 - O índice de reajuste a ser utilizado para este Contrato será o Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificações (Coluna 35-FGV) adotando-se a fórmula a seguir:

$$R = Vf \times [(I_n - I_0) \div I_0]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado

Vf = Valor da nota fiscal a preços iniciais do contrato

I – Índice do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificações (Coluna 35-FGV)

Índice “I” com indicador “n” = Relativo ao mês anterior ao da concessão do reajustamento

Índice “I” com indicador “0” = Relativo ao mês anterior ao do orçamento da CMA (junho/2015 = 513,67) Data-base do orçamento da CMA = julho/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O prazo de execução dos serviços é de 120 (**cento e vinte**) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela CMA;

5.2 - O prazo para início dos serviços é de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela CMA;

5.3 - Toda prorrogação do prazo contratual deverá ser justificada por escrito e aprovada pela autoridade competente;

5.4 - A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) disponibilizar equipes que possam realizar serviços durante os finais de semana, além dos dias úteis, portanto, os serviços serão realizados em dias úteis e finais de semana, no horário de 7h às 18h. A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) cumprir fielmente o cronograma proposto pela Administração da CMA, disponibilizando-se, se for o caso, a estender o horário dos serviços além do expediente normal; e

5.5 - A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) levar em conta a paralisação de serviços que possam ocasionar ruídos durante as sessões plenárias que ocorrem às terças feiras, de 18h às 21h.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da Ação **XXX**, Elemento de Despesa **XXX** do orçamento da CMA, para o corrente exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1 - Os pagamentos dos serviços executados serão efetuados por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização da CONTRATANTE;

7.1.1 - Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento à CMA de nota fiscal, bem como dos documentos de regularidade fiscal exigidos para habilitação no procedimento licitatório;

7.1.2 - Tais documentos, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a respectiva apresentação;

7.1.3 - Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, estes serão devolvidos à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida;

7.1.4 - A CMA poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual;

7.1.5 - É expressamente vedado à CONTRATADA cobrança ou o desconto de duplicata através da rede bancária ou de terceiros;

7.1.6 - Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas; e

7.1.7 - Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a CONTRATADA será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1 - Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos serviços, pagando à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas neste Contrato;

8.1.2 - Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com as cláusulas deste documento;

8.1.3 - Disponibilizar os locais onde serão executados os serviços, bem como, as condições necessárias para a sua execução;

8.1.4 - Facultar à CONTRATADA amplo e livre acesso aos locais que utilizará e a quaisquer máquinas de uso necessárias na prestação dos serviços de manutenção, sem quaisquer ônus;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.1.5 - Solicitará o CONTRATANTE aos técnicos da CONTRATADA a exibição de documentação de identificação pessoal, quando estes se apresentarem para realização dos serviços abrangidos por este Contrato;

8.1.6 - A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará por uma comissão designada pela CONTRATANTE, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto, nos termos contratuais, **no prazo máximo de 90 (noventa) dias** após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

8.2 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.2.1 - Providenciar, após a assinatura do Contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/ES, entregando uma via à FISCALIZAÇÃO;

8.2.2 - Executar todo o serviço objeto deste Contrato, de acordo com as melhores técnicas, com pessoal comprovadamente capacitado e utilizando, exclusivamente, material de primeira qualidade;

8.2.3 - Executar os serviços obedecendo aos projetos, normas, especificações, cronogramas e instruções de serviços;

8.2.4 - Sempre que for solicitado, o técnico responsável da CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos sobre o andamento da obra aos técnicos responsáveis do CONTRATANTE;

8.2.5 - O representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

8.2.6 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais empregados;

8.2.7 - Dirigir sob sua inteira e total responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta toda a responsabilidade;

8.2.8 - Reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, caso fique constatada insuficiência da mesma, a fim de permitir a perfeita execução dos serviços ora contratados, tudo dentro do prazo previsto;

8.2.9 - A CONTRATADA deverá manter preposto no local da obra para representá-la na execução do contrato;

8.2.10 - No interesse do cumprimento do contrato, a fiscalização da CMA poderá exigir, por escrito, a substituição de empregados da empresa CONTRATADA, que deverá cumprir a exigência **no prazo de 02 (dois) dias úteis**;

8.2.11 - Desmanchar e refazer, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços não aceitos pelo mesmo, quando for constatado o emprego de material inadequado ou a execução imprópria dos serviços à vista das especificações respectivas;

8.2.12 - Permitir e facilitar ao CONTRATANTE e seus prepostos, devidamente autorizados, a inspeção dos serviços, em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados ao objeto deste instrumento contratual;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 8.2.13 - A CONTRATADA se obriga independentemente de solicitação, a apresentar ao CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimentos fiscais e previdenciários envolvidos na execução dos serviços;
- 8.2.14 - Qualquer serviço a ser executado, não constante do objeto deste Contrato, deverá ser, previamente autorizado pelo CONTRATANTE, à vista de composição específica, devendo haver também disponibilidade de recursos para a cobertura dos correspondentes acréscimos;
- 8.2.15 - Submeter à FISCALIZAÇÃO amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a apresentação de informação - por escrito - dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos;
- 8.2.16 - Providenciar a aquisição dos materiais tão logo seja contratado, visando o cumprimento dos prazos fixados. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento dos materiais pelos fornecedores;
- 8.2.17 - O cronograma apresentado pela CONTRATADA deverá seguir o Cronograma Físico-Financeiro sugerido pela Administração;
- 8.2.18 - Qualquer dano decorrente da execução da obra às demais instalações físicas da CMA constituirá ônus da CONTRATADA, devendo ser imediatamente reparado ou conforme determinação exclusiva da FISCALIZAÇÃO da Obra/CMA;
- 8.2.19 - A CMA não se responsabilizará pela guarda ou integridade física de materiais, equipamentos necessários à execução /administração da obra;
- 8.2.20 - A CONTRATADA, ao final da obra, deverá remover vestígios decorrentes da execução, tais como: restos de materiais, embalagens, sucatas de madeiras, entulhos, incrustações de quaisquer espécies, respingos, poeiras, inclusive em outras áreas utilizadas pela CONTRATADA, a qualquer título;
- 8.2.21 - Quando nas dependências do CONTRATANTE, deverão os técnicos da CONTRATADA respeitar as normas de segurança adotadas por este em seu estabelecimento;
- 8.2.22 - Obriga-se a CONTRATADA, mediante solicitação do CONTRATANTE, a orçar previamente eventual execução de serviços constantes no rol do objeto deste Contrato;
- 8.2.23 - Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como o pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em ocorrência direta ou indireta do Contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;
- 8.2.24 - Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação;
- 8.2.25 - A CONTRATADA deverá elaborar folha de pagamento e guias de pagamento próprias para a obra, de todos os empregados envolvidos diretamente na execução da obra; e
- 8.2.26 - Aplicam-se à execução dos serviços contratados as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.3 - A CONTRATADA deverá fornecer e manter seu pessoal devidamente protegidos por meio de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva), nos casos em que estes forem obrigatórios, conforme legislação e normas de segurança do trabalho vigentes à época de execução do Contrato, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;

8.4 - A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho - **Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978**, em especial:

8.4.1 - À Norma Regulamentadora nº 10 – Instalações e serviços de eletricidade;

8.4.2 – À Norma Regulamentadora nº 18 – Obras de construção, demolição e reparos; e

8.4.3 – À Norma Regulamentadora nº 35 – Trabalho em altura.

8.5 - São expressamente **vedadas** à CONTRATADA:

8.5.1 - A utilização do nome da CMA para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização da Câmara;

8.5.2 - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DO REGISTRO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT/ART

9.1 - A CONTRATANTE apresentará o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de elaboração de projetos emitida pelo CAU-ES (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo);

9.2 - A CONTRATADA apresentará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obras emitida pelo CREA-ES (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

10 – A CONTRATADA deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, prestação de garantia, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - O Contrato será executado de forma indireta, **sob o regime de empreitada por preço unitário**, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93;

11.2 - A subcontratação de Pessoa Jurídica ou Física poderá ser admitida, desde que devidamente autorizada pela fiscalização da CMA;

11.3 - Caso a SUBCONTRATADA seja Pessoa Jurídica, a documentação passível de ser exigida será a mesma da CONTRATADA;

11.4 - Caso a subcontratada seja Pessoa Física, a documentação exigida será:



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.4.1 - RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo, descrevendo adequadamente os serviços prestados, todos os dados cadastrais do prestador dos serviços, incluindo RG, CPF, PIS ou inscrição no INSS;

11.4.2 - GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, contendo as informações de todos os segurados autônomos;

11.4.3 - Protocolo de Envio de Arquivos - Conectividade Social correspondente, em atendimento ao inciso VIII e ao § 11 do artigo 47 da IN RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009;

11.5 - Se eventualmente for concedida a subcontratação pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, que deverá atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº. 4.320/64.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA

13.1 - A CONTRATADA responderá pelo **prazo irredutível de 05 (cinco) anos** pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do art. 618 do Código Civil Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 - No caso da CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Multa;
- b) Rescisão do Contrato ou cancelamento da ordem de serviço;
- c) Suspensão do direito de licitar junto à CMA;
- d) Declaração de inidoneidade.

14.2 - Será aplicada a multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia, até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem realizados quando a CONTRATADA sem justa causa deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido a obrigação assumida;

14.3 - Será aplicada multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do Contrato, quando a CONTRATADA:

- a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações a terceiros, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- c) Desatender as determinações da fiscalização;
- d) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

14.4 - Não iniciar sem justa causa, a execução dos serviços contratados no prazo fixado;

14.5 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, quando a CONTRATADA:

- a) Ocasionar, sem justa causa, o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços contratados;
- b) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados;

14.6 - Quando o objeto contratado não for entregue e aceito até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do direito de participar de licitação promovida pela CONTRATANTE será automática e perdurará até que seja feita sua entrega, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei e no edital de licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 - Este Contrato poderá ser rescindido se verificadas quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2 - O CONTRATANTE e a CONTRATADA reconhecem que na hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato, o mesmo poderá ser rescindido unilateralmente, sem prejuízos das sanções legais que forem pertinentes.

15.3 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

15.3.1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

15.3.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

15.3.3 - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

15.3.4 - O atraso injustificado no início dos serviços;

15.3.5 - A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

15.3.6 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.3.7 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

15.3.8 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

15.3.9 - A dissolução da sociedade;

15.3.10 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;

15.3.11 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15.3.12 - A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

15.3.13 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

15.3.14 - A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93; e

15.3.15 - A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 - O presente Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93, correndo a despesa por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro da cidade de Anchieta/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2 - E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Anchieta - ES, xx de xxxxx de xxxx.

6

JOCELÉM GONÇALVES DE JESUS

PRESIDENTE

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____